

Impacto do

Caso Ximenes Lopes vs. Brasil

e a incorporação dos
parâmetros internacionais de
direitos humanos sobre saúde
mental no Sistema de Justiça

Unidade de Fiscalização e Monitoramento das deliberações
da Corte Interamericana de Direitos Humanos



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luiz Fux

Corregedora Nacional de Justiça

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Conselheiros

Ministro Emmanoel Pereira
Luiz Fernando Tomasi Keppen
Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro
Rubens de Mendonça Canuto Neto
Candice Lavocat Galvão Jobim
Tânia Regina Silva Reckziegel
Flávia Moreira Guimarães Pessoa
Ivana Farina Navarrete Pena
André Luis Guimarães Godinho
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
Maria Tereza Uille Gomes
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Valter Shuenquener de Araujo

Secretário Especial de Programas

Marcus Livio Gomes

Diretor-Geral

Johaness Eck

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (DMF)

Coordenador

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência

Antonio Carlos De Castro Neves Tavares

Juiz Auxiliar da Presidência

Carlos Gustavo Vianna Direito

Juiz Auxiliar da Presidência

Fernando Pessoa da Silveira Mello

Diretora Executiva

Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa

Chefe de Gabinete

Renata Chiarinelli Laurino

UNIDADE DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Coordenador Institucional

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Coordenadora Executiva

Isabel Penido de Campos Machado

EQUIPE UMF/DMF

Luiz Victor do Espírito Santo Silva, Hugo Fernandes Matias, Caroline Xavier Tassara, Mariana Py Muniz Cappelari, Melina Machado Miranda, Alessandra Amâncio, Nayara Cunha, Larissa Lima de Matos, Julia de Barros Schirmer.

EQUIPE DMF

Alessandra Amâncio Barreto, Alexandre Padula Jannuzzi, Alisson Alves Martins, Anália Fernandes de Barros, Camilo Pinho da Silva, Caroline Xavier Tassara, Danielle Trindade Torres, Emmanuel de Almeida Marques Santos, Gabriel Richer Oliveira Evangelista, Helen dos Santos Reis, Hugo Fernandes Matias, Isabel Penido de Campos Machado, Joaquim Carvalho Filho, Joseane Soares da Costa Oliveira, Julia Barros Schirmer, Karla Marcovecchio Pati, Karoline Alves Gomes, Larissa Lima de Matos, Lino Comelli Junior, Luana Alves de Santana, Luana Gonçalves Barreto, Luiz Victor do Espírito Santo Silva, Mariana Py Muniz, Marcus Vinicius Barbosa Ciqueira, Melina Machado Miranda, Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa, Nayara Teixeira Magalhães, Rayssa Oliveira Santana, Renata Chiarinelli Laurino, Rogério Gonçalves de Oliveira, Sirlene Araújo da Rocha Souza, Thaís Gomes Ferreira, Valter dos Santos Soares, Wesley Oliveira Cavalcante.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Juliana Mendes Gonzaga Neiva

Chefe da Seção de Comunicação Institucional

Rejane Neves

Projeto gráfico

Eron Castro e Virgínia Gomes

Diagramação

Marcela Nunes

Revisão

Carmem Menezes

2021

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Impacto do

Caso Ximenes Lopes vs. Brasi

e a incorporação dos
parâmetros internacionais de
direitos humanos sobre saúde
mental no Sistema de Justiça

Unidade de Fiscalização e Monitoramento das deliberações
da Corte Interamericana de Direitos Humanos

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Elaboração

Melina Machado Miranda

Pollyanna Bezerra Lima Alves

Isabel Perido de Campos Machado

Renata Chiarinelli Laurino

Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

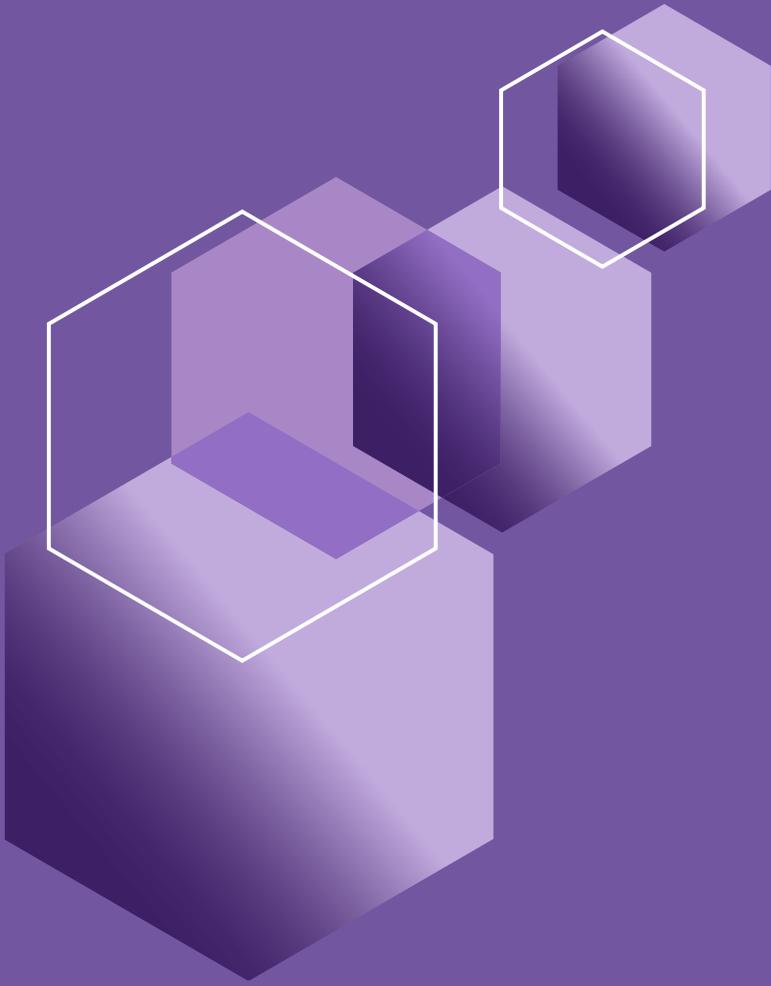
Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do

Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas

Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões da Corte

Interamericana de Direitos Humanos

**Impacto do *CASO XIMENES LOPES VS. BRASIL* e a
incorporação dos parâmetros internacionais de direitos
humanos sobre saúde mental no Sistema de Justiça**



QUADRO SÍNTESE
PLANO DE AÇÃO - SAÚDE MENTAL
DMF/CNJ, PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA – EIXO 3 e UMF CORTE IDH/CNJ

Entrega	Responsável	Desfecho / Documentos	Contribuição do GT CNJ Saúde Mental	Status
Planejamento e elaboração de folder sobre ações de saúde no âmbito do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD/DEPEN)	Eixo 3 Programa Fazendo Justiça	Folder Estratégia Judiciária para Fortalecimento da PNAISP		Realizado
Manifestação sobre a Portaria 1.325/2020 que extinguiu o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP)	DMF/CNJ com apoio do Eixo 3 Programa Fazendo Justiça	Portaria 1.325/2020 - Revogada SEI 05083/2020		Realizado
Participação no Grupo de Trabalho sobre a EAP – CNDH	DMF/CNJ e Eixo 3 Programa Fazendo Justiça			Em andamento
Suporte técnico aos Tribunais (webnários locais, revisão de documentos: provimentos, portarias, TCOTs, planos, instituição de GTs etc.)	Eixo 3 Programa Fazendo Justiça e DMF/CNJ	Até a presente data: (I) criação de GTs para revisão e desinstitucionalização nas seguintes UFs: 1-MS 2-PR 3-PE 4-MG 5-SE (II) Aporte em Provimentos nas seguintes UFs: 1-PB 2-SE 3-MS 4-PA 5 - PE (III) Apoio na realização de webnários sobre o tema nas seguintes UFs: 1-PB 2-CE 3-MS		Realizado
Atuação no Caso Ximenes Lopes – Corte IDH	UMF Corte IDH CNJ com apoio do DMF/CNJ e Eixo 3 Programa Fazendo Justiça	Sumário Executivo Caso Ximenes Lopes vs Brasil https://www.cnj.jus.br/monitoramento-e-fiscalizacao-das-decisoes-da-corte-idh/		Em andamento

Entrega	Responsável	Desfecho / Documentos	Contribuição do GT CNJ Saúde Mental	Status
Inserção de quesito para perícia sobre saúde mental na minuta de Resolução sobre tortura	DMF/CNJ, UMF Corte IDH e Eixo 3 Programa Fazendo Justiça	Minuta sob análise antes de seguir ao plenário do CNJ		Realizado
Criação e condução de Grupo de Trabalho no CNJ sobre Saúde Mental	UMF Corte IDH com apoio do DMF/CNJ e Eixo 3 Programa Fazendo Justiça	Portaria Nº 142, de 18 de maio de 2021 Texto compilado a partir da redação dada pela Portaria n. 145/2021 e pela Portaria n. 170/2021	Nos termos da Portaria CNJ nº 142/2021: I – propor cursos complementares de capacitação on-line, podcasts e um calendário anual de eventos de formação inicial e continuada sobre os parâmetros internacionais de direitos humanos a respeito do trato das pessoas com deficiência psicossocial voltado aos profissionais do Sistema de Justiça que lidam com atendimento de saúde mental; II – elaborar propostas de encaminhamentos e outras medidas necessárias para prevenção de tortura e qualquer forma de tratamento cruel, desumano e degradante no contexto de internação por motivos psiquiátricos, inclusive em relação à pacientes judiciários submetidos à medida de segurança na modalidade internação; e III – sugerir medidas para garantir o fortalecimento dos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de permitir atendimento adequado e substitutivo à internação para pessoas com deficiência psicossocial, observando-se o norte da Lei n.º 10.216/2001, interpretada à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Além de, subsidiariamente, prover subsídios para a Consultoria responsável pela proposta de Programa Nacional da Pessoa em Sofrimento Mental em Conflito com a Lei e estratégias de qualificação dos instrumentos de inspeção em estabelecimentos de privação de liberdade.	Em andamento
Oferta de diagnóstico por meio de relatório analítico dos fluxos, práticas e políticas identificadas nos Tribunais de Justiça (porta de entrada e saída) referentes ao tratamento/encaminhamento da pessoa com possível transtorno mental e/ou sofrimento psíquico, além de análise do levantamento realizado pelo Eixo 3 referente à pauta e às EAPs, em interlocução frequente com o Eixo 1 e 3 do Programa Fazendo Justiça. O produto deverá ainda indicar as potencialidades e os pontos de atenção dos principais programas existentes no país , eventualmente, de novas iniciativas ou práticas promissoras identificadas	Eixo 3 Programa Fazendo Justiça e consultoria contratada com apoio do DMF/CNJ e UMF Corte IDH	Consultoria em processo de seleção	Oferta de contribuições (Reunião de Setembro/2021).	Em andamento

Entrega	Responsável	Desfecho / Documentos	Contribuição do GT CNJ Saúde Mental	Status
<p>Proposta de modelo orientador destinado aos Tribunais para atenção às pessoas com possível transtorno mental e/ou sofrimento psíquico que são apresentadas ao sistema de justiça criminal e também para execução de medidas terapêuticas aplicadas judicialmente, quando for o caso, devendo conter, minimamente, no modelo: (I) instrumentais e fluxos para magistrados/as e equipes multidisciplinares das varas e de outros setores do Tribunal que também atendam a demanda em questão, (II) estratégias para fomentar a implementação de equipes conectoras entre sistema de saúde, assistência social e justiça criminal e diretrizes para potencialização da atuação, (III) diretrizes para garantia de tratamento adequado às pessoas com transtornos mentais e/ou em sofrimento psíquico, em consonância com o princípio de desinstitucionalização, (IV) estratégias para qualificação da individualização de aplicação de medida e, por fim, execução da medida de segurança em conformidade com a Lei 10.216, (V) proposta de provimento da corregedoria/presidência dos tribunais para institucionalização do programa, (VI) apresentação da rede e proposta de fluxos concernentes à interlocução com essa rede (Ex.: SUS e SUAS) (VII) modelo de conveniamento com a rede (estado e/ou município), e (VIII) proposta de fluxos de acompanhamento dos processos de desinstitucionalização progressiva dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HTCPS) e das Alas de Tratamento Psiquiátrico em Estabelecimentos Penais (ATP-EP)</p>	<p>Eixo 3 Programa Fazendo Justiça e consultoria contratada com apoio do DMF/CNJ e UMF Corte IDH</p>	<p>Consultoria em processo de seleção</p>	<p>Oferta de contribuições (Reunião de Outubro/2021).</p>	<p>Em andamento</p>
<p>Elaboração de proposta metodológica específica de tratamento e cuidado destinado às pessoas com transtorno mental / ou sofrimento psíquico dentro de unidades prisionais, com especial atenção à desinternação condicional Elaboração de Guia Prático (Manual) destinado aos atores dos Poderes Judiciário e Executivo, apresentando o modelo orientador, seus princípios, etapas e instrumentais</p>	<p>Eixo 3 Programa Fazendo Justiça e consultoria contratada com apoio do DMF/CNJ e UMF Corte IDH</p>	<p>Consultoria em processo de seleção</p>	<p>Oferta de contribuições (Reunião de Novembro/2021).</p>	<p>Em andamento</p>

Entrega	Responsável	Desfecho / Documentos	Contribuição do GT CNJ Saúde Mental	Status
<p>Frente articuladora e formativa que consiste na elaboração de conteúdo programático, incluindo ementa dos cursos e materiais didáticos dos módulos, para curso na modalidade síncrona e assíncrona sobre a temática destinado a magistrados, magistradas e operadores do direito</p> <p>Os processos formativos se dividirão em 02 grandes frentes: (I) curso de aperfeiçoamento, sediado na ENFAM, com carga horária de 30hs e, (II) programa de Especialização na área, sediado na ENFAM, com um total de 120h</p> <p>Realização de Reunião de Alto Nível com representantes nacionais e internacionais (APT, OPAS/WHO, CIDH), dando um panorama sobre a temática em diferentes países. A Reunião apresentará o novo Programa Nacional para Pessoa em Sofrimento Mental em conflito com a Lei, que será desenvolvido no âmbito do Programa Fazendo Justiça e CNJ</p>	Eixo 3 Programa Fazendo Justiça e consultoria contratada com apoio do DMF/CNJ e UMF Corte IDH	Consultoria em processo de seleção. Proposta inicial das formações anexa	Oferta de contribuições (Reunião de Agosto/2021).	Em andamento
<p>Proposta de Ato Normativo com fluxos e programa a ser instituído em cada Tribunal, incluindo aspectos quanto à inspeção de HCTPs e Comunidades Terapêuticas</p>	DMF/CNJ, UMF Corte IDH e Eixo 3 Programa Fazendo Justiça		Oferta de contribuições (Reunião de Setembro/2021). Observar as seguintes normas do CNJ: Resolução Nº 113 de 20/04/2010 Recomendação Nº 35 de 12/07/2011 Resolução Nº 214 de 15/12/2015	Não iniciado
<p>Organização e Execução do II Seminário CNJ sobre Saúde Mental - 20 anos da Lei Nº 10.2016</p>	UMF Corte IDH com apoio do DMF e Eixo 3 Programa Fazendo Justiça		Data provável do evento presencial: maio/2022. Oferta de contribuições (Reunião de setembro/2021).	Em andamento
<p>Aprimoramento dos sistemas e criação de índice que consiste na elaboração de campos específicos em todos os sistemas do CNJ, com especial destaque ao SEEU, o qual contará com campo específico para inclusão de CID e alerta atrelado aos casos de comorbidades previstas na Recomendação CNJ 62</p>	Eixo 3 Programa Fazendo Justiça com apoio do DMF/CNJ e UMF Corte IDH			Em andamento
<p>Mapeamento dos HCTPs e Comunidades Terapêuticas por meio de tratativas com o DEPEN – área técnica de saúde - para realização de Censo referente aos HCTPs, em 2022</p>	Eixo 3 Programa Fazendo Justiça e Depen com apoio do DMF/CNJ e UMF Corte IDH		Oferta de contribuições (Reunião de dezembro/2021).	Não iniciado

Entrega	Responsável	Desfecho / Documentos	Contribuição do GT CNJ Saúde Mental	Status
Nota Técnica Conjunta com Depen sobre Saúde Mental e HCTPs , dispondo sobre atenção e cuidado às pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei	Eixo 3 Programa Fazendo Justiça e Depen com apoio do DMF/ CNJ e UMF Corte IDH			Não iniciado
Inspecões nos HCTPs e Comunidades Terapêuticas e qualificação das normas orientativas nessa área com estratégia de revisão dos instrumentos de inspecões judiciais e CNIEP, contemplando os HCTPs com indicadores específicos	Eixo 3 Programa Fazendo Justiça com apoio do DMF/ CNJ e UMF Corte IDH	https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/Folder-Inspe%C3%A7%C3%B5es.pdf	Oferta de contribuições (Reunião de dezembro/2021).	Não iniciado
Mutirão	Eixo 3 Programa Fazendo Justiça com apoio do DMF/ CNJ e UMF Corte IDH		Construção e execução interinstitucional.	Não iniciado

Outras ações já realizadas: Reunião com o Ministério da Saúde sobre o tema (2019); Assessoria à Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública do CNJ em contexto de solicitação sobre “Justiça Terapêutica”; Confecções de Orientações que passaram pelo tema [Orientações Técnicas sobre políticas de cidadania e garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional durante o período de pandemia da Covid-19](#); [Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Proposta de Protocolos para Execução de Políticas Públicas em Prisões](#); e [NOTA TÉCNICA Instituição de Fundos Municipais para Políticas Penais Alternativas Penais, Atenção a Pessoas Egressas, Desinstitucionalização e Conselhos da Comunidade](#).

CRONOGRAMA GT CNJ UMF - SAÚDE MENTAL

Data	Atividade Proposta
Agosto/2021 19/08/2021	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura – 10 min • Apresentação do Plano de Ação e proposta de Cronograma e divisão temática dos subgrupos do GT – 15 min • Programa Fazendo Justiça: Introdução sobre a consultoria Eixo 3 do Programa Fazendo Justiça e dos produtos a serem desenvolvidos – 15 min • Debate sobre o Cronograma e Plano apresentados (encaminhamento sobre eventuais ajustes) – 20 min (encaminhamento sobre eventuais ajustes) – 20 min
Setembro/2021	<ul style="list-style-type: none"> • Relatoria do Grupo 1 do GT: Cursos de capacitação • Programa Fazendo Justiça: Apresentação de proposta de conteúdo programático de cursos a serem implementados pela ENFAM, além da Reunião de Alto Nível, com coleta de contribuições do GT – 60 min
Outubro/2021	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Fazendo Justiça: Apresentação do diagnóstico das práticas e políticas identificadas nos Tribunais de Justiça, com coleta de contribuições do GT – 60 min
Novembro/2021	<ul style="list-style-type: none"> • Relatoria do Grupo 2 do GT: Encaminhamentos para fortalecimento da rede de atenção psicossocial • Estratégias para o fortalecimento da rede de atenção psicossocial – 45 min • Programa Fazendo Justiça: Apresentação do status da Consultoria – 15 min
Dezembro/2021	<ul style="list-style-type: none"> • Relatoria do Grupo 3 do GT: Proposta de desinstitucionalização e mapeamento tribunais • Apresentação de minuta de Ato Normativo sobre desinstitucionalização, com coleta de contribuições do GT • Proposta de fluxos para judiciário e para a rede social para assegurar a desinstitucionalização e desinternação nacionalmente, com base no Ato Normativo proposto (possibilidade de inserção dos fluxos em manual conjunto com ato normativo), com coleta de contribuições do GT • Programa Fazendo Justiça: Apresentação de proposta metodológica específica de tratamento e cuidado destinado às pessoas com transtorno mental /ou sofrimento psíquico dentro de unidades prisionais, com especial atenção à desinternação condicional, e de proposta de Mapeamento dos HCTPs e Comunidades Terapêuticas por meio de tratativas com o DEPEN – área técnica de saúde - para realização de Censo referente aos HCTPs, em 2022, com coleta de contribuições do GT

Data	Atividade Proposta
Janeiro/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Relatoria do Grupo 4 do GT: Revisão dos instrumentos de inspeções judiciais e CNIEP, contemplando os HCTPs com indicadores específicos • Coleta de contribuições do GT para as Inspeções nos HCTPs e Comunidades Terapêuticas e qualificação das normas orientativas nessa área com estratégia de revisão dos instrumentos de inspeções judiciais e CNIEP, contemplando os HCTPs com indicadores específicos. Elaboração de check list. • Programa Fazendo Justiça: (i) Apresentação de proposta de modelo orientador destinado aos Tribunais para atenção às pessoas com possível transtorno mental e/ou sofrimento psíquico e de Guia Prático (Manual) destinado aos atores dos Poderes Judiciário e Executivo, apresentando o modelo orientador, seus princípios, etapas e instrumentais, com coleta de contribuições do GT • (ii) Apresentação de proposta de Criação de índice de gestão da política de saúde em prisões e HCTPs com base na adaptação do kit de ferramentas Quality Rights
Fevereiro/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião para avaliação e apresentação dos produtos finais do GT e consolidação do Relatório Final
Maio/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Encerramento do GT com a realização do II Seminário CNJ sobre Saúde Mental – 20 anos da Lei 10.2016 (Participação da RENILA e outras entidades da sociedade civil)

Distribuição de temas por Relatorias no GT:

Composição da Subdivisão dos Grupos

Subgrupo 1 – Cursos de capacitação. Produto esperado: Propostas de capacitação para o Sistema de Justiça

Marden Marques

Kleiton Nogueira

Aline Albuquerque

Milton Toledo

Equipe de Tutoria e Relatoria: Melina, Pollyanna e Natália

Subgrupo 2 - Proposta de desinstitucionalização, mutirões e mapeamento tribunais - Produto esperado: fluxo razoável de desinstitucionalização + Minuta de Resolução

Haroldo Caetano

Erika Kokay

Kenarik Boujikian

Patrícia Carlos Magno

Isabel Penido de Campos Machado

Equipe de Tutoria e Relatoria: Melina, Pollyanna e Natália

Subgrupo 3 - Encaminhamentos para fortalecimento rede de saúde mental – Produto esperado: propostas

Akemi Kamimura

Jan Jarab

Hugo Mathias

Fernanda Guia

Equipe de Tutoria e Relatoria: Melina, Pollyanna e Natália

Subgrupo 4 - Inspeções - Produto esperado: checklist - o que deve ser verificado em uma inspeção (HTCP, HP, Comunidade Terapêutica)

Lúcio Gosta

Isabel Lima

Rogério Giannini

Luís Fernando Nigro

Equipe de Tutoria e Relatoria: Melina, Pollyanna e Natália



Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Unidade de Fiscalização e Monitoramento das deliberações
da Corte Interamericana de Direitos Humanos